

# Guia Informativo sobre CLD/CFT/COT

Conscientização Pública sobre o  
Combate à Lavagem de Dinheiro e ao  
Crime Transnacional na Região entre a  
Argentina, o Brasil e o Paraguai

---

Agências e Agentes Imobiliários | Economistas |  
Contadores |

---

Brasil 





# ÍNDICE

<b>I. INTRODUÇÃO</b>	<b>5</b>
1.1. Introdução geral	7
1.2. Terminologia	9
1.3. Quais são os passos fundamentais para identificar casos de crimes de CLD/CFT/COT?	10
<b>II. RISCOS E REGULAMENTOS NO BRASIL</b>	<b>12</b>
2.1. Responsabilidade no processo de prevenção	13
2.2. Aspectos das leis relevantes	14
2.3. Indicadores de bandeira vermelha	17
<b>III. ORGANIZAÇÕES</b>	<b>23</b>
3.1. Papel e mandato da UIF	25
3.2. Orientações do GAFILAT e dos Conselhos Nacionais Contra o Crime Organizado	25
<b>IV. RELATÓRIOS E REPORTES</b>	<b>29</b>
4.1. Relatório de transação suspeita	31
4.2. Apresentação de informações	31
4.3. Canais para reportar	32







# INTRODUÇÃO GERAL



---

O crime organizado segue as  
suas próprias regras e representa  
uma ameaça à paz e à segurança,  
bem como à condição das  
mulheres e das crianças.

---

## INTRODUÇÃO GERAL

O objetivo deste guia é fornecer informações e ferramentas de aprendizagem sobre Combate à Lavagem de Dinheiro (CLD), Luta contra o Financiamento do Terrorismo (CFT) e Combate às Organizações Criminosas Transnacionais (COT) a segmentos da sociedade que, sem saber, poderiam estar prestando apoio financeiro e contribuindo para o aumento destes crimes. O crime organizado é considerado um negócio bilionário.

**Um estudo do ano 2019 das Nações Unidas estimou que:**



O Brasil é o maior país da América do Sul em termos de população e economia, com mais de 213 milhões de habitantes, ou 49,27% da população do subcontinente e um produto interno bruto que ocupa o décimo segundo lugar no mundo. Coexistindo ao lado desta grande economia está uma longa história de corrupção, incluindo eventos notáveis como o escândalo da Petrobras e investigações correlatas. Embora o Índice de Percepção da Corrupção de 2023 da *Transparency International* concedeu ao Brasil uma pontuação de 43 (com pontuações mais próximas de zero indicando altos níveis de corrupção e as mais próximas de 100 sendo avaliadas como menos corruptas) classificando o país em 104 entre 180 países pesquisados (com a 180ª posição refletindo o país com os mais altos níveis de corrupção com base nos critérios aplicáveis), o Brasil progrediu nos últimos anos.

Por exemplo, o GAFI, que repetidas vezes manifestou sua preocupação em relação ao fracasso do Brasil em remediar as deficiências relacionadas à corrupção destacadas no seu Relatório de Avaliação Mútua de 2010, afirmou em seus Resultados Plenários de outubro de 2019 que “o Brasil progrediu substancialmente e abordou a maioria de suas deficiências relativas a sanções financeiras direcionadas”, de modo que “o GAFI não mais considera isso uma preocupação dos membros.” Leis recentemente promulgadas contribuíram para o progresso do país nesse sentido.

*Incluimos o COT (Combate às Organizações Criminosas Transnacionais) porque é um crime mais proeminente na região do que o CFP (Combate ao financiamento da proliferação de armas de destruição maciça).*

Apesar do progresso feito nos últimos anos, os riscos de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo continuam sendo preocupações críticas no Brasil e na região.

A lavagem de dinheiro (LD) consiste no processamento de bens provenientes de atividades criminosas para ocultar sua origem ilegal.

Estes crimes podem tornar os países menos estáveis, o que por sua vez pode prejudicar a ordem pública, a governação, a eficácia regulamentar, o investimento estrangeiro e os fluxos de capitais internacionais.

As atividades ilegais e as organizações criminosas num país podem ter efeitos adversos graves além das suas fronteiras e até mesmo à escala global. Financiamento do terrorismo (FT) é qualquer assistência, apoio ou conspiração, direta ou indiretamente, para arrecadar fundos com a intenção de serem utilizados para cometer um ato terrorista; seja por um perpetrador individual ou por uma organização terrorista. Eles podem ser fundos lícitos e ilícitos.

Os países com controles insuficientes ou ineficazes são um alvo fácil para aqueles que lavam dinheiro e financiam organizações criminosas. Estes criminosos procuram esconder as suas atividades, explorando a complexidade do sistema financeiro global, as diferenças entre as leis nacionais e a velocidade a que o dinheiro pode atravessar fronteiras.

### Os crimes relacionados podem incluir:

- 1. Lavagem de dinheiro:** Processo de ocultação ou legitimação de fundos obtidos ilegalmente para que pareçam legítimos.
- 2. Tráfico de drogas:** O tráfico ilícito de drogas pode gerar lucros que são utilizados para financiar atividades terroristas.
- 3. Contrabando de armas:** A venda ilegal de armas pode proporcionar fundos para financiar atividades terroristas.
- 4. Extorsão:** Obtenção de dinheiro ou bens por meio de ameaças ou coerção, que podem então ser utilizados para financiar atividades terroristas.
- 5. Sequestro e resgate:** Os fundos obtidos em sequestros podem ser usados para financiar operações terroristas.
- 6. Fraude:** Estas atividades podem gerar fundos que são posteriormente utilizados para atividades terroristas.
- 7. Doações fraudulentas:** O dinheiro obtido através de doações falsas ou fraudulentas pode ser utilizado para financiar o terrorismo.
- 8. Lavagem de Dinheiro por meio de organizações de caridade:** Algumas organizações de caridade podem ser utilizadas como fachada para canalizar fundos para atividades terroristas.

É um problema global que não se restringe a uma área geográfica ou a uma indústria específica. *A perseguição do crime de Lavagem de Dinheiro é especialmente importante porque constitui o eixo através do qual os rendimentos obtidos de atividades ilícitas tentam ser formalizados.* A nível local, a formação constante e o aumento da sensibilização são importantes para que os colaboradores e cidadãos estejam alertas e saibam mais sobre o crime organizado e a forma como este afeta a sociedade e até mesmo o seu cotidiano. Por outro lado, fornecer ferramentas e noções aos consumidores para que saibam o que estão a comprar, e que o façam de forma ética para não estarem a colaborar indiretamente com o crime organizado.



## 1.2. TERMINOLOGIA

- 1. Lavagem de Dinheiro (LD):** Processo de dissimulação da origem ilícita de recursos, fazendo-os parecer legítimos.
- 2. Financiamento do Terrorismo (FT):** Fornecimento de fundos ou recursos para atividades terroristas com o objetivo de facilitar a sua execução.
- 3. Organizaciones Criminosas Transnacionales (OT):** conjunto três ou mais pessoas, que existem por um período e agem em conjunto para cometer um ou mais crimes, ou crimes graves, para adquirir, direta ou indiretamente, benefícios financeiros ou materiais.
- 4. Sujeitos Obrigados (SO):** Entidades ou pessoas físicas legalmente obrigadas a cumprir regulamentos contra lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo. Incluem instituições financeiras, sociedades de valores mobiliários, companhias de seguros, entre outras.
- 5. Conheça seu Cliente (KYC):** Processo pelo qual as instituições obtêm informações sobre a identidade e atividades de seus clientes para prevenir a lavagem de dinheiro.
- 6. Relatório de Transações Suspeitas (ROS):** Relatório apresentado pelas instituições financeiras e outros sujeitos obrigados às autoridades sobre transações suspeitas de lavagem de dinheiro ou financiamento do terrorismo.
- 7. Devida Diligência:** Aplicação de medidas de investigação e supervisão quando existe um risco aumentado de lavagem de dinheiro ou financiamento do terrorismo.
- 8. Unidade de Inteligência Financeira (UIF):** Órgão encarregado de receber, analisar e divulgar informações sobre transações suspeitas às autoridades competentes.
- 9. Grupo de Ação Financeira (GAFI):** Organismo intergovernamental que estabelece normas e promove políticas e ações eficazes para combater o lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo a nível internacional.
- 10. Ativo Virtual:** Representação digital de valor que pode ser trocado ou transferido eletronicamente. Inclui criptomoedas como Bitcoin.
- 11. Pessoa Politicamente Exposta (PEP):** Indivíduo que ocupa ou já exerceu cargo público de destaque e, portanto, pode estar mais exposto ao risco de corrupção.
- 12. Lista de Sanções:** Registro de indivíduos, organizações ou países sujeitos a medidas restritivas devido à sua participação em atividades ilícitas ou terroristas.
- 13. Jurisdição de Alto Risco:** País ou região identificada como mais propensa a atividades de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo.
- 14. Criminalização da Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo:** Estabelecimento de sanções legais para quem participa de atividades de lavagem de dinheiro ou financiamento do terrorismo.
- 15. Lista de Pessoas Bloqueadas:** Cadastro de pessoas físicas ou jurídicas cujos bens estão congelados devido à sua ligação com atividades ilegais ou terroristas.
- 16. Risco de reputação:** Potencial dano à reputação de uma instituição financeira devido à sua associação com atividades ilícitas ou com pessoas nelas envolvidas.
- 17. OSFL:** Organizações sem fins lucrativos.
- 18. CLD:** Combate à Lavagem de Dinheiro.
- 19. CFT:** Combate ao Financiamento do Terrorismo.
- 20. COT:** Combate às Organizações Criminosas Transnacionais.
- 21. COAF:** Conselho de Controle de Atividades Financeiras.

### 1.3. QUAIS SÃO OS PASSOS FUNDAMENTAIS PARA IDENTIFICAR CASOS DE CRIMES CLD/CFT/COT?

Os princípios fundamentais que os Sujeitos Obrigados devem cumprir para estarem alinhados com as normas de Combate à Lavagem de Dinheiro, conforme geralmente estabelecido por autoridades reguladoras, podem incluir:

- 1. Conheça o seu cliente (KYC):** As entidades reguladas devem estabelecer procedimentos para a identificação e verificação da identidade dos seus clientes. Isto envolve a recolha de informações básicas sobre a identidade dos clientes, a atividade econômica e a origem dos fundos.
- 2. Monitoramento de Transações:** Implementar sistemas de monitoramento de transações para identificar padrões incomuns ou suspeitos de atividade financeira que possa indicar lavagem de capitais ou financiamento do terrorismo.
- 3. Comunicação de Transações Suspeitas (ROS):** Estabelecer procedimentos para a apresentação de relatórios às autoridades competentes sobre transações que possam estar relacionadas com atividades ilícitas.
- 4. Treinamento e Conscientização:** Proporcionar treinamento aos colaboradores para que tenham conhecimento dos riscos e métodos de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.
- 5. Políticas e Procedimentos Internos:** Desenvolver políticas e procedimentos internos que estabeleçam claramente os processos a seguir para cumprir os regulamentos de prevenção à lavagem de dinheiro.
- 6. Devida diligência:** Aplicar medidas de devida diligência ao lidar com transações de clientes de maior risco.
- 7. Registro e Preservação de Documentos:** Manter registros detalhados e reter documentos relacionados às transações e diligências realizadas.
- 8. Cooperação com Autoridades:** Colaborar com as autoridades competentes e fornecer as informações necessárias nas investigações relacionadas com lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo.
- 9. Ter uma estrutura de compliance:** Designar responsáveis, implementar programas e desenvolver políticas, procedimentos e controles internos, incluindo acordos apropriados de gestão de compliance e procedimentos adequados de gestão de riscos.

Estes são apenas alguns dos princípios gerais que normalmente são incluídos nas regulamentações contra a lavagem de dinheiro. Regulamentações específicas podem variar de acordo com a jurisdição e a entidade reguladora. É essencial que as Partes Denunciadas se mantenham atualizadas sobre as regulamentações locais e ajustem as suas práticas de prevenção em conformidade.



# RISCOS E REGULAMENTOS NO BRASIL



---

Os Sujeitos Obrigados são  
as pessoas físicas e jurídicas  
designadas por Lei como  
obrigadas à informar à Unidade  
de Informação Financeira.

---

## 2.1. RESPONSABILIDADE NO PROCESSO DE PREVENÇÃO CLD/CFT/COT

No Brasil o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) do Ministério da Fazenda é a FIU responsável por receber e analisar as informações sobre transações financeiras, enquanto o Banco Central do Brasil (BCB) fiscaliza o cumprimento de medidas CLD/CFT/COT de acordo com as orientações do Conselho Monetário Nacional.

## 2.2. ASPECTOS DAS LEIS RELEVANTES

Aqui uma visão geral (i) da estrutura legal e regulatória relativa a CLD/CFT/COT, e (ii) do cenário atual de fiscalização e ações recentes de fiscalização no Brasil, com foco em regimes jurídicos e atividades de fiscalização específicas para organizações sem fins lucrativos.

Lei Nº 9.613/1998. A Lei Nº 9.613 (a “conhecida como Lei da Lavagem de Dinheiro”) é a principal legislação que trata da lavagem de dinheiro no Brasil. Promulgada originalmente em 1998 (e alterada várias vezes desde então), esta lei estabelece a estrutura para os requisitos CLD para instituições financeiras. A Lei que dispõe sobre os crimes de Lavagem de Dinheiro criou ainda o COAF, que atualmente é um órgão com autonomia “técnica e operacional”.

A Lei Brasileira criminaliza a aquisição, ocultação, desvio, transferência ou o uso de bens ou rendimentos obtidos direta ou indiretamente por meio de qualquer atividade criminosa. Também criminaliza a ocultação ou dissimulação da natureza, da origem, da localização, da disposição, da movimentação e da propriedade de bens ou rendimentos obtidos direta ou indiretamente por meio de práticas criminosas, e não apenas os bens ou rendimentos em si. Além disso, criminaliza a participação em transações de lavagem de capitais ou a participação em grupos, associações ou empresas cujas atividades primárias ou secundárias estejam relacionadas à lavagem de dinheiro.

A Lei que criminaliza a Lavagem de dinheiro abrange várias pessoas físicas e jurídicas que participam de atividades financeiras. Isso inclui entidades que distribuem qualquer tipo de bens ou serviços, filiais ou representantes de entidades estrangeiras, filiais de entidades estrangeiras que se dedicam a atividades financeiras e entidades sujeitas à autorização de órgãos governamentais reguladores de finanças. Inclui também pessoas físicas e jurídicas que, ainda que pontualmente, prestem assessoria financeira ou prestem serviços financeiros, atuem na promoção, intermediação, comercialização, recrutamento ou negociação de direitos de transferência sobre atletas, artistas, feiras, exposições ou eventos similares, e comercializem ou intermedeiam a comercialização de ativos de alto valor de origem rural.

De acordo com a Lei Nº 9.613 de 1998 a lavagem de dinheiro decorrente ou relacionada a um outro crime pode ser investigada e uma ação criminal iniciada antes mesmo que o crime não relacionado à lavagem de dinheiro seja julgado. Em termos práticos, isso significa que a persecução da lavagem de dinheiro pode ocorrer em um cronograma acelerado, mesmo que o processo da conduta criminosa subjacente esteja sujeita a um cronograma mais longo.

Também é importante notar que, indivíduos que trabalham para uma entidade que direta ou indiretamente tenha sido usada para lavagem de dinheiro podem ser responsabilizados se tiverem conhecimento da ocorrência da lavagem de dinheiro. As penalidades aplicáveis aos indivíduos incluem prisão de até dez anos, multa ou ambas.

Lei Nº 13.260/2016: A “Lei Antiterrorismo” proíbe, entre outras coisas, o financiamento do terrorismo.

Em particular, a Lei Antiterrorismo estabelece o crime de financiamento do terrorismo, prevendo pena de 15 a 30 anos de prisão para os infratores da lei. A lei define o terrorismo como “a prática por um ou mais indivíduos dos atos previstos nesta Lei, por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião, quando cometidos com a finalidade de provocar terror social ou generalizado, expondo a perigo pessoa, patrimônio, a paz pública ou a incolumidade pública.

Segundo esta lei, o financiamento do terrorismo inclui as seguintes condutas: “receber, prover, oferecer, obter, guardar, manter em depósito, solicitar, investir, de qualquer modo, direta ou indiretamente, recursos, ativos, bens, direitos, valores ou serviços de qualquer natureza, para o planejamento, a preparação ou a execução dos crimes previstos nesta Lei”. Adicionalmente, “quem oferecer ou receber, obtiver, guardar, mantiver em depósito, solicitar, investir ou de qualquer modo contribuir para a obtenção de ativo, bem ou recurso financeiro, com a finalidade de financiar, total ou parcialmente, pessoa, grupo de pessoas, associação, entidade, organização criminosa que tenha como atividade principal ou secundária, mesmo em caráter eventual”, também pode ser responsabilizado.

## CENÁRIO DE APLICAÇÃO

A investigação e o processo de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo são tratados em vários níveis sistema de justiça criminal brasileiro, e o cumprimento das políticas de CLD/CFT/COT é supervisionado pelo Banco Central do Brasil (BCB) e sua UIF.

**As seguintes organizações são responsáveis pela regulamentação dos esforços de CLD/CFT/COT no Brasil:**

**1. Conselho Monetário Nacional:** O Conselho Monetário Nacional (o CMN) é composto pelo Ministro da Economia, o Secretário Especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia e o Presidente do BCB. Como a principal instituição do Sistema Financeiro Nacional (SFN), o CMN é responsável pela formulação das políticas monetárias e creditícias, objetivando a estabilidade monetária do Brasil e o desenvolvimento econômico e social. Embora muitas das resoluções do CMN tenham foco prudencial, algumas, como as relacionadas à “due diligence” de clientes e padrões de manutenção de registros, também têm aplicabilidade direta aos esforços de CLD/CFT/COT.





**2. Banco Central do Brasil:** O Banco Central do Brasil (BACEN ou BCB), a principal autoridade monetária do Brasil, é outro órgão regulador de CLD/CFT/COT importante. Cabe ao BCB a fiscalização do cumprimento das normas promulgadas pelo CMN, além da estrutura legislativa e regulatória mais ampla de CLD/CFT/COT. Mais especificamente, o BCB fiscaliza os órgãos reguladores, supervisores e operacionais que compõem o SFN para garantir que o SFN não seja utilizado para fins ilícitos, como lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores e financiamento do terrorismo.

**3. Conselho de Controle de Atividades Financeiras:** O COAF, anteriormente parte do Ministério da Fazenda mas agora vinculado ao BCB, é a FIU principalmente responsável pela fiscalização CLD/CFT/COT no Brasil. É composto pelos dirigentes de vários órgãos governamentais e vinculado administrativamente ao BCB, mas tem autonomia técnica e operacional. O COAF recebe e analisa denúncias de transações suspeitas. Se uma investigação do COAF identificar ocorrências de lavagem de dinheiro, o COAF emitirá um relatório de investigação ao Ministério Público (MP) ou departamento de polícia que iniciará uma investigação criminal. O COAF não tem o poder de dar início ao processo criminal, mas pode impor sanções administrativas.

**4. Ministério Público:** O Ministério Público (MP) tem o poder de conduzir investigações criminais locais relacionadas à lavagem de dinheiro. O MP existe tanto no nível federal quanto no estadual e é independente dos outros ramos do governo. Os promotores de justiça podem iniciar investigações preliminares sobre atividades criminosas suspeitas. No nível estadual, o MP também inclui grupos especiais (GAECO) para lidar com casos complexos envolvendo lavagem de dinheiro e outros crimes financeiros. Os GAECOs formam o Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas (GNCOC) que inclui um grupo dedicado à lavagem de dinheiro e outros assuntos semelhantes.

**5. Ministério Público Federal:** O Ministério Público Federal (MPF) supervisiona a polícia e conduz processos criminais. O MPF aumentou sua fiscalização relativa a assuntos de CLD/CFT/COT nos últimos anos e estabeleceu um grupo especial dedicado à lavagem de dinheiro e outros crimes financeiros que criou um guia para investigações e processos de casos de lavagem de dinheiro.

**6. Controladoria-Geral da União:** A Controladoria-Geral da União (a CGU) fiscaliza projetos conduzidos por entidades que recebem recursos públicos.

**7. Secretaria Especial da Receita Federal:** A Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (a RFB) investiga a lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo associados a questões tributárias e aduaneiras. A RFB normalmente trabalha de forma cooperada com o MPF e MPs.

**8. Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro:** A Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA) foi criada em 2003 para articular, arranjar, discutir, formular e concretizar políticas públicas e soluções de enfrentamento à corrupção e à lavagem de dinheiro. A ENCCLA serve como um fórum para instituições que combatem a corrupção e a lavagem de dinheiro. Isso inclui o BCB, CGU, MPs, MPF, RFB e COAF. A ENCCLA se concentra em programas de treinamento para agentes públicos e a criação de bancos de dados e indicadores de eficiência para controles CLD/CFT/COT. A ENCCLA também estuda as políticas criminais CLD/CFT/COT do Brasil, mantendo-se atualizada sobre técnicas, métodos e tendências destes crimes.

## 2.3. INDICADORES DE BANDEIRAS VERMELHAS

Indicadores de alerta para LD, FT, OT e evasão de sanções:

### Riscos Geográficos

- « Os fundos dos clientes têm origem ou são enviados para uma bolsa que não está registrada na jurisdição onde o cliente ou a bolsa está localizado.
- « O Cliente utiliza um serviço de troca de ativos virtuais ou de transferência de valores monetários localizado no exterior, em uma jurisdição de alto risco conhecida por não ser suficientemente regulamentada para entidades de ativos virtuais.

### Tamanho e frequência da transação

- « Transações pequenas em que o valor é inferior ao valor limite que aciona os limites de manutenção de registros ou relatórios.

### Anonimato

- « Transações envolvendo ativos virtuais que proporcionam maior anonimato (por exemplo, moedas de privacidade), apesar de taxas de transação adicionais.
- « Atividade de transação anormal sem explicação lógica de negócios.

### O remetente ou destinatário sugere atividade criminosa

- « Irregularidades durante a criação de contas (por exemplo, criação de contas diferentes com nomes diferentes).
- « Irregularidades durante o processo de devida diligência do cliente (por exemplo, informações incompletas ou insuficientes).
- « Informações falsificadas de clientes ou documentação de identificação.
- « Potenciais vítimas de fraude.

**Sujeitos Obrigados (SO):** São pessoas físicas e jurídicas que tenham, em caráter permanente ou eventual, como atividade principal ou acessória:

1. A captação, intermediação e aplicação de recursos financeiros de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira;
2. A compra e venda de moeda estrangeira ou ouro como ativo financeiro ou instrumento cambial; e
3. A custódia, emissão, distribuição, liquidação, negociação, intermediação ou administração de títulos ou valores mobiliários.



A seguir iremos referir-nos aos sujeitos obrigados na área de **Agentes e Agências Imobiliárias, Economistas e Faculdades de Contabilidade**, descrevendo as suas vulnerabilidades e os passos a seguir para cumprir a regulamentação e assim minimizar os riscos.

## AGENTES E AGÊNCIAS IMOBILIÁRIAS

O mercado imobiliário, devido à sua natureza de lidar com grandes somas de dinheiro e à variedade de transações financeiras que envolve, pode estar exposto a riscos LD, FT e OT.

**Listamos os seguintes fatores de risco a ter em conta para o setor:**

1. Compra de bens com preços significativamente inferiores aos oferecidos pelo mercado.
2. Uso de homens de frente.
3. Compra de bens imobiliários realizada sucessivamente (compra-venda dupla e imediata), para transferência de propriedade a pessoas diversas num curto espaço de tempo, sem causa aparente.
4. Aquisições em massa de bens imobiliários por pessoas específicas e sem justificação aparente.
5. Compra de bens imobiliários para menores.
6. Datas de encerramento para aquisição de imóveis pelo mesmo comprador ou por compradores coligados.
7. Aquisição de bens imobiliários de elevado valor, por entidades com pouco capital ou sem capacidade económica aparente.
8. Compra de bens imobiliários por pessoas com morada desconhecida, com morada exclusiva para correspondência ou com dados de difícil verificação, que residam em zonas de difícil acesso.
9. Compra de imóveis oferecendo pagamento da maior parte ou da totalidade do preço em dinheiro.
10. Doação de bens imóveis que não correspondam às atividades ou características do beneficiário.
11. Clientes que relutam em fornecer informações básicas sobre a origem dos recursos envolvidos em uma transação específica de compra e venda de imóveis.
12. Cliente classificado como Pessoa Politicamente Exposta (PEP) que tenta evitar o correto e completo preenchimento dos documentos de ligação ou não justifica adequadamente a origem dos seus recursos.
13. Adiantamentos que posteriormente resultaram no cancelamento da encomenda, com o objetivo de concretizar a troca de numerário por meio de pagamento bancário.
14. Outros determinados pela OS, são produtos de avaliação de riscos, casos específicos, tipologias identificadas em operações ou transações comerciais.

Esta lista não é exaustiva, mas meramente ilustrativa ou exemplificativa de possíveis casos de operações incomuns ou suspeitas.

**Para relatórios e reportes consulte as páginas 31 e 32 deste guia informativo.**

---

Se eles estão oferecendo a  
você o pagamento da maior  
parte ou da totalidade do  
preço em dinheiro, isso é  
um sinal de alerta.

---



## ECONOMISTAS

Os profissionais que analisam tendências econômicas, transações financeiras e comportamento de mercado devem estar atentos a sinais de alerta que possam indicar um possível envolvimento em lavagem de capitais ou financiamento do crime organizado transnacional (CLD/CFT/COT).

**Aqui estão alguns sinais de alerta que os economistas devem considerar:**

- 1. Discrepâncias econômicas inexplicáveis:** Identificação de discrepâncias econômicas inexplicáveis ou irregularidades nos dados financeiros que não podem ser justificadas por fatores econômicos legítimos.
- 2. Tendências incomuns nos indicadores econômicos:** Identificação de tendências ou anomalias incomuns nos indicadores econômicos, tais como picos ou quedas repentinas em determinados setores sem uma explicação econômica clara.
- 3. Mudanças nos padrões de circulação de numerário:** Mudanças significativas nos padrões de circulação de dinheiro que são inconsistentes com as tendências econômicas ou com o comportamento normal do mercado.
- 4. Movimento rápido de fundos através das fronteiras:** Detecção de movimentos rápidos e substanciais de fundos através das fronteiras sem justificção econômica aparente.
- 5. Atividade econômica incompatível com a regulamentação local:** Identificação de atividades econômicas numa região que sejam inconsistentes com as normas econômicas locais ou que se desviem significativamente dos padrões da indústria.
- 6. Dependência excessiva de sistemas financeiros informais:** Dependência excessiva de sistemas financeiros informais, como o hawala ou outros canais não bancários, o que pode ser indicativo de tentativas de escapar ao escrutínio regulamentar.
- 7. Mudanças inexplicáveis nos padrões de investimento:** Observação de mudanças inexplicáveis nos padrões de investimento, tais como investimentos em grande escala em setores não relacionados com as atividades econômicas conhecidas do cliente.
- 8. Comportamento econômico inconsistente:** Inconsistências entre o comportamento econômico declarado de um indivíduo ou entidade e as suas atividades econômicas reais.
- 9. Cliente que resiste à análise econômica:** Clientes que resistem ou fornecem informação insuficiente para uma análise econômica abrangente, especialmente na realização de devida diligência.
- 10. Estruturas de propriedade não transparentes:** Participação em atividades econômicas com estruturas de propriedade ou entidades não transparentes que dificultam a identificação dos beneficiários finais.
- 11. Padrões incomuns de emprego ou rendimento:** Detecção de padrões incomuns de emprego ou rendimento que não podem ser justificados por atividades econômicas legítimas.

- 12. Utilização inconsistente de instrumentos financeiros:** Uso inconsistente de instrumentos financeiros ou transações econômicas que parecem estar em desacordo com as práticas financeiras padrão.
- 13. Participação em atividades econômicas associadas a setores de alto risco:** Tais como indústrias suscetíveis de lavagem de capitais ou crime organizado transnacional.
- 14. Mudanças frequentes nas estruturas empresariais:** Mudanças frequentes nas estruturas empresariais ou entidades corporativas sem explicações econômicas razoáveis.
- 15. Uso de Criptomoedas:** Atividades econômicas que envolvem criptomoedas sem uma fundamentação econômica clara ou quando as criptomoedas são utilizadas para ocultar a origem dos fundos.
- 16. Comportamento econômico inconsistente:** Inconsistências entre o comportamento econômico declarado de um indivíduo ou entidade e as suas atividades econômicas reais.
- 17. Cliente que resiste à análise econômica:** Clientes que resistem ou fornecem informação insuficiente para uma análise econômica abrangente, especialmente na realização de devida diligência.
- 18. Estruturas de propriedade não transparentes:** Participação em atividades econômicas com estruturas de propriedade ou entidades não transparentes que dificultam a identificação dos beneficiários finais.
- 19. Padrões incomuns de emprego ou rendimento:** Detecção de padrões incomuns de emprego ou rendimento que não podem ser justificados por atividades econômicas legítimas.
- 20. Utilização inconsistente de instrumentos financeiros:** Uso inconsistente de instrumentos financeiros ou transações econômicas que parecem estar em desacordo com as práticas financeiras padrão.

**Para relatórios e reportes consulte as páginas 31 e 32 deste guia informativo.**

## CONTADORES

Os contabilistas devem ser formados para reconhecer sinais de alerta, manter um sistema robusto para identificar e comunicar transações suspeitas e manter-se informados sobre a evolução dos regulamentos CLD/CFT/COT. Programas regulares de formação, reciclagem e sensibilização no setor contábil são essenciais para promover a conformidade e prevenir a participação indevida em atividades financeiras ilícitas.

### Principais sinais de alerta para o setor:

- 1. Transações incomuns em dinheiro:** Grandes transações em dinheiro que não têm justificativa comercial clara ou são incomuns para o setor ou cliente em questão.
- 2. Registro de transações complexas ou incomuns:** A identificação de transações financeiras complexas ou incomuns que possam indicar a ocultação de fundos ou estruturas corporativas complicadas.
- 3. Mudanças inesperadas no comportamento financeiro:** Mudanças repentinas no comportamento financeiro do cliente, como aumento significativo de receitas ou despesas sem explicação aparente.
- 4. Movimentos internacionais de fundos:** Transações que envolvem transferências internacionais de dinheiro para ou de jurisdições reconhecidas como tendo riscos elevados de lavagem de capitais.
- 5. Falta de documentação adequada:** Falta de documentação comprobatória ou inconsistências na documentação financeira fornecida pelo cliente, como faturas comerciais, contratos ou justificativa da origem dos fundos.
- 6. Contas bancárias em múltiplas jurisdições:** A existência de contas bancárias em múltiplas jurisdições, especialmente aquelas conhecidas por terem regulamentações frouxas ou práticas bancárias opacas.
- 7. Transações com clientes de alto risco:** Lidar com clientes que possuem perfis de alto risco, como empresas de setores propensos à lavagem de dinheiro.
- 8. Operações com moedas virtuais:** Transações que envolvem o uso de criptomoedas, pois podem oferecer certo grau de anonimato e dificultar o rastreamento de fundos.
- 9. Utilização de estruturas societárias complexas:** Participação em transações que envolvam estruturas societárias complicadas destinadas a ocultar a verdadeira propriedade dos ativos.
- 10. Falta de coerência entre a atividade econômica e a estrutura financeira:** Identificação de discrepâncias significativas entre a aparente atividade econômica de um cliente e a sua estrutura financeira, que possam indicar tentativas de lavagem de capitais.

Para relatórios e reportes consulte as páginas 31 e 32 deste guia informativo.

---

A UNTOC, também conhecida como “Convenção de Palermo”, aborda questões relacionadas com o crime organizado transnacional, incluindo o lavagem de dinheiro.

---



# ORGANIZAÇÕES









## ORGANIZAÇÕES

O Grupo de Ação Financeira (GAFI) foi criado em Julho de 1989 para examinar e desenvolver medidas de combate ao lavagem de dinheiro. Os seus objetivos são: estabelecer normas e promover a implementação efetiva de leis, regulamentos e medidas operacionais para CLD, CFT, COT e outras ameaças à integridade do sistema financeiro internacional.

É uma organização intergovernamental e “órgão de decisão política” que trabalha para gerar a vontade política necessária para realizar reformas legislativas e regulamentares nacionais na área do lavagem de capitais, através de recomendações e avaliações mútuas.

**Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (UNTOC):** Também conhecida como Convenção de Palermo, é um tratado internacional que visa combater o crime organizado em todo o mundo. Estabelece medidas para prevenir e combater crimes como o tráfico de seres humanos, o contrabando de migrantes, o tráfico de seres humanos, o tráfico de armas de fogo, o lavagem de capitais e a corrupção. Além disso, promove a cooperação internacional entre países para investigar e processar estes crimes, bem como para confiscar bens obtidos ilicitamente. A convenção também inclui disposições para proteger e ajudar as vítimas do crime organizado.

O texto da Convenção: <https://www.unodc.org/documents/treaties/UNTOC/Publications/TOC%20Convention/TOCebook-s.pdf>

### 3.1. PAPEL E MANDATO DA UIF

**As Unidades de Informação Financeira partilham uma definição comum:** servir como centro nacional de recolha, análise e divulgação de informação sobre LD, FT e OT.

As recomendações do GAFI estabelecem um padrão para os países estabelecerem uma UIF com as três funções principais e contêm outras disposições relacionadas com o exercício destas funções.

### 3.2. ORIENTAÇÕES DO GAFILAT E DOS CONSELHOS NACIONAIS CONTRA O CRIME ORGANIZADO

A Força-Tarefa de Ação Financeira Latino-Americana (GAFILAT) é uma organização intergovernamental de base regional que reúne 18 países da América do Sul, América Central e América do Norte. O GAFILAT foi criado para prevenir e combater a LD, FT e OT da proliferação de armas de destruição maciça, através do compromisso com a melhoria contínua das políticas nacionais contra estes flagelos e do aprofundamento dos diferentes mecanismos de cooperação entre os países membros.

O GAFILAT é um dos grupos regionais da Força-Tarefa de Ação Financeira do GAFI (Força-Tarefa de Ação Financeira) e é composto por Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai. A GAFILAT obteve a categoria de membro associado do GAFI e por isso participa no desenvolvimento, revisão e modificação, aderindo às 40 Recomendações emitidas por esta mesma organização. Estas boas práticas constituem o padrão internacional mais reconhecido a nível mundial em termos de prevenção e combate ao LD, FT e OT.

O GAFILAT apoia os seus membros na implementação das 40 Recomendações e na criação de um sistema regional de prevenção contra o LD, FT e OT. As principais ferramentas para ajudar os países são medidas de formação e assistência técnica (através do desenvolvimento de guias, relatórios e documentos de apoio) e avaliações mútuas.

## As 40 recomendações

Para que a luta contra o LD, FT e OT seja eficaz, é necessário que todos os países estejam alinhados na mesma direção. Vivendo numa sociedade globalizada, é necessário fazer parte de uma visão conjunta para combater adequadamente os crimes que, em essência, são redes transnacionais que transgridem todos os tipos de fronteiras e ofuscam qualquer esforço individual isolado. Por isso, desenvolver uma visão abrangente com todos os caminhos unidos num único ponto comum é a forma coordenada de enfrentar os referidos flagelos.

As 40 recomendações são um conjunto de regras e princípios que estabelecem um sistema eficiente de detecção, prevenção e repressão. São as normas internacionais mais reconhecidas para combater o LD, FT e OT. Incluem uma série de medidas financeiras, jurídicas e comportamentais que os países devem executar, principalmente com base em instrumentos jurídicos internacionais (convenções da ONU e órgãos de supervisão). Além disso, estão incluídas medidas de conformidade para o setor público e privado. Estas recomendações aumentam a transparência e permitem que os países tomem medidas contra a utilização ilícita do sistema financeiro.

Para mais informacao: <https://www.gafilat.org/index.php/es/biblioteca-virtual/gafilat/documentos-de-interes-17/publicaciones-web/4692-recomendaciones-metodologia-actdic2023/file>

## Avaliações mútuas

A avaliação da conformidade técnica aborda os requisitos específicos das Recomendações do GAFI, principalmente no que diz respeito ao quadro jurídico e institucional relevante do país, e aos poderes e procedimentos das autoridades competentes. Estes representam os pilares fundamentais de um sistema ABC/COT.

Em conjunto, as avaliações de conformidade técnica e de eficácia apresentarão uma análise integrada da medida em que o país cumpre as Normas do GAFI e o sucesso alcançado na manutenção de um sistema ABC/COT robusto, conforme exigido pelas Recomendações do GAFI.

Para mais informacao: <https://www.gafilat.org/index.php/es/miembros/brasil>

---

Reportar ações  
suspeitas fortalece  
a integridade do  
mercado financeiro.

---



---

É fundamental detectar sinais de alerta,  
mas também é necessário denunciar às  
autoridades quando necessário.

---



# RELATÓRIOS E REPORTES

# IV





## COMUNICAÇÕES E REPORTES

### 4.1. COMUNICAÇÃO DE OPERAÇÃO SUSPEITA

O COAF recebe informações dos denominados setores obrigados, definidos no Artigo 9º da Lei nº 9.613, de 1998. Esses setores da economia devem obrigatoriamente informá-lo sobre movimentações financeiras suspeitas de suspeitas de LD ou FT realizadas por seus clientes.

O SISCOAF é o sistema que permite, às pessoas obrigadas, a habilitação para o envio das comunicações de operações e o envio de comunicações de não ocorrência de propostas, transações ou operações passíveis de serem comunicadas, a consulta à lista de pessoas politicamente expostas, bem como o cadastro de pessoas obrigadas supervisionadas pelo COAF.

**As informações encaminhadas ao COAF são denominadas comunicações que podem ser de dois tipos:**

**A. Comunicação de Operação Suspeita:** são encaminhadas ao COAF quando os setores obrigados percebem indícios de indícios de LD, de FT ou de outros ilícitos em transações de seus clientes. Essas comunicações contêm a explicação das suspeitas identificadas sobre operações realizadas em determinado período.

**B. Comunicação de Operação em Espécie:** são encaminhadas automaticamente ao COAF pelos setores obrigados quando seus clientes realizam movimentações em espécie (dinheiro vivo) acima de determinado valor estabelecido em norma.

### 4.2. APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIOS

**Para construir um relatório adequado de operações suspeitas é necessário responder às seguintes questões:**

3. Quem é a pessoa denunciada?
4. O que está sendo feito?
5. Por que ou qual o alerta que motivou a suspeita?
6. Quando aconteceu? Ou seja, em que data ou datas os eventos ocorreram.
7. Onde a operação está acontecendo?

## 4.3. CANAIS PARA REPORTAR

### BRASIL

#### CIDADANIA EM GERAL E SUJEITOS OBRIGADOS

##### « COAF

O Coaf também recebe denúncias sobre lavagem de dinheiro através da plataforma:

<https://falabr.cgu.gov.br/Login/Identificacao/Identificacao.aspx>.

As comunicações recebidas são analisadas e, quando concluída pela existência de fundados indícios do cometimento de ilícitos, é produzido Relatório de Inteligência Financeira (RIF).

- **Endereço:** Ed. Universidade Banco Central (UniBC), Setor de Clubes Esportivos Sul – Trecho 2 – CEP:70.200-002, Brasília – DF
- **Informações disponíveis no site do:** <https://www.gov.br/coaf/pt-br>

#### Informações ao Denunciante

- « **Quem pode utilizar este serviço:** Qualquer cidadão, de forma anônima ou identificada.
- « **Como utilizar este serviço:** A denúncia pode ser realizada de forma anônima ou identificada garantindo a confidencialidade da identidade do denunciante, além de independência e imparcialidade no seu tratamento. Para que a ocorrência tenha um atendimento mais rápido, sempre que possível, deve vir acompanhada do maior número de informações, como:

##### Ação do fato;

1. Onde aconteceu e como está acontecendo.
2. Quem são as pessoas ou organizações envolvidas e, se possível, quais as suas redes sociais.
3. Qual a atividade profissional do denunciado.
4. O denunciado ou os familiares possuem alguma Empresa.
5. Sabe se o denunciado praticou ou pratica algum crime.
6. O denunciado ostenta patrimônio ou padrão de vida incompatível com a atividade profissional que declara exercer.
7. Qual seria esse patrimônio (imóveis, veículos, etc).
8. Evidências, documentos e/ou outras informações que podem ser relevantes para a avaliação do caso e encaminhamento das ações.







**ABA**  
AMERICAN BAR ASSOCIATION  
Rule of Law Initiative

